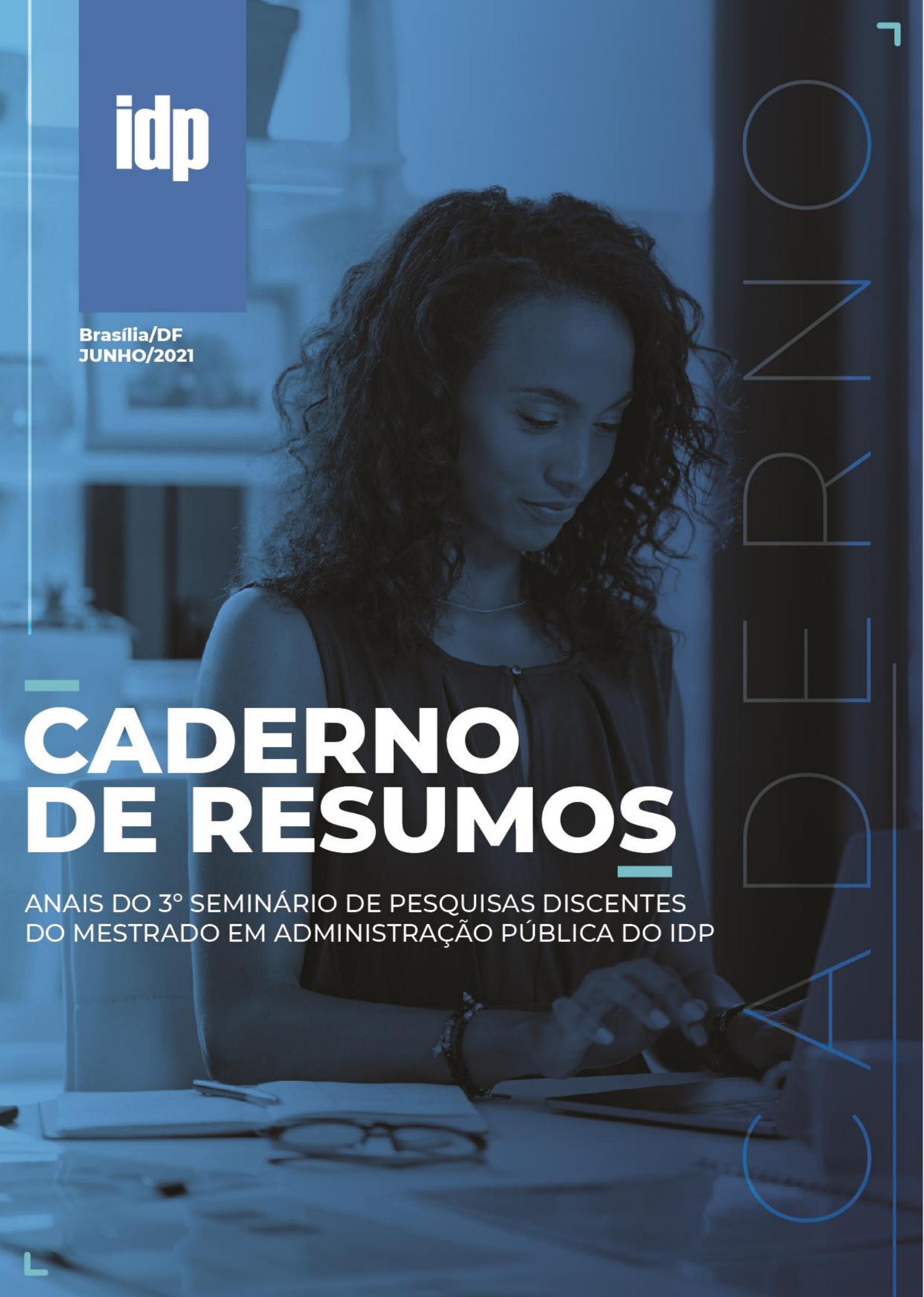


The logo for IDP (Instituto de Desenvolvimento Pessoal) is displayed in white lowercase letters on a dark blue rectangular background in the top left corner.

Brasília/DF
JUNHO/2021

A woman with curly hair is sitting at a desk, looking down at a laptop. The scene is dimly lit with a blue tint. On the desk, there are papers, a pen, and a pair of glasses. On the right side of the image, the word 'CONFERÊNCIA' is written vertically in large, thin, blue-outlined letters.

CADERNO DE RESUMOS

ANAIS DO 3º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES
DO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471c Seminário de pesquisas discentes do mestrado em Administração Pública do IDP (3 : 2021 : Brasília, DF).

Caderno de resumos : Anais [recurso eletrônico] / 3º Seminário de pesquisas discentes do mestrado em Administração Pública do IDP; organizador por Caio Cordeiro de Resende... [et al]. — Brasília-DF: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa-IDP, 2021.

Disponível em:

<https://portalgt.idp.edu.br/seminariosadministracaopublica/issue/archive>

1. Administração Pública — seminário. 2. Administração Pública — pesquisa. I. Título. II. Resende, Caio Cordeiro (org.)

CDD 350

Elaborada por Natália Bianca Mascarenhas Puricelli – CRB 1/3439

Anais do 3º Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
4 e 5 de junho de 2021

CADERNO DE RESUMOS

ANAIS DO 3º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES DO MESTRADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

Brasília/DF

Junho/2021



CADERNO DE RESUMOS

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP

Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

Escola de Gestão, Economia e Negócios do IDP – EGEN

Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP

Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende



COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende

Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Renan Silveira Holtermann

Matheus Gonçalves da Silva e Souza

Gabriela Gadeia Brito Jardim

COMITÊ CIENTÍFICO E PARECERISTAS

Profa. Dra. Luciana Silva Garcia

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Júnior

Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro

Prof. Dr. Pedro Lucas de Moura Palotti

ELABORAÇÃO DO CADERNO DE RESUMOS

Editoração:

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Revisão:

Renan Silveira Holtermann

Matheus Gonçalves da Silva e Souza

Marketing:

Antonio Zaninetti

Design e Diagramação:

Norberto Junior

Realização e Publicação:

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP

APRESENTAÇÃO

O Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP implementou o “Seminário de Pesquisas Discentes” com objetivo de criar um espaço especificamente voltado para a apresentação e discussão dos projetos de pesquisa dos(as) alunos(as) do PPG. O evento ocorre semestralmente e reúne os discentes que se encontram em etapa de construção do projeto de pesquisa, em geral ainda cursando a disciplina “Metodologias de Pesquisa Científica”.

Essencialmente, o evento oportuniza aos discentes a possibilidade de aprimorar seus projetos por meio de feedbacks que recebem tanto dos professores quanto de outros colegas. O foco maior é dado aos aspectos metodológicos das pesquisas, mas retornos sobre problema e problematização das temáticas de pesquisa, assim como sugestões, críticas e ajustes no referencial teórico também são possíveis de se obter.

O evento vem se consolidando como um importante fórum de discussão de pesquisas discentes e tem sido fundamental para os passos seguintes que os(as) alunos(as) têm na jornada do mestrado, que é o exame de qualificação.

O evento estrutura-se em torno de um único Grupo de Trabalho, o “GT – Métodos e Técnicas para Pesquisas em Administração Pública”, que recebe os trabalhos dos discentes. Após cada edição do Seminário de Pesquisas Discentes, o Mestrado em Administração Pública do IDP publica os anais da respectiva edição do evento, no formato de um Caderno de Resumos.

O evento é aberto à comunidade acadêmica e busca reforçar o importante elo entre ensino e pesquisa, tão relevante para o processo de produção, acumulação e publicização do conhecimento acadêmico-científico.

A seguir apresentam-se os resumos dos trabalhos da terceira edição do Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP, realizado em junho de 2021.

Boa leitura!

SUMÁRIO

GESTÃO DE RISCOS NA FASE INTERNA DAS LICITAÇÕES DO CINDACTA I: UM ESTUDO DE CASO <i>Alexandre Raphael Pereira Pedro</i>	9
A CONSULTA JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA EM DECORRÊNCIA DO CONTROLE EXTERNO PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO <i>André Yokomizo Aceiro</i>	10
A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NO CONGRESSO NACIONAL: UMA ANÁLISE DAS EMENDAS APRESENTADAS PELOS SENADORES ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS <i>Bruno Vieira dos Santos Almeida</i>	11
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DO CONTROLE EXTERNO: IMPACTO, DESAFIOS E DESDOBRAMENTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) NO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL <i>Dionata Luis Holdefer</i>	12
INICIATIVAS PARA GESTÃO DA DEMANDA PROCESSUAL: SUGERINDO AÇÕES SEM RESTRINGIR O ACESSO À JUSTIÇA <i>Elaine Nóbrega Borges</i>	13
O OFICIAL DE JUSTIÇA COMO ATOR NA POLÍTICA JUDICIÁRIA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS <i>Emerson Machado Xavier</i>	14
PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO: O CASO SÃO SIMÃO/GO <i>Evandro Narciso de Lima</i>	15
O CONFLITO DE INTERESSES NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL: ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA <i>Fábio Manoel Fragoso Bittencourt Araújo</i>	16
CENTRO COMERCIAL NOROESTE – UMA ANÁLISE ACERCA DO SEU ARRANJO DE GOVERNANÇA <i>Felipe Ramalho de Souza Santos</i>	17
OS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NAS POLÍCIAS MILITARES NA PMMA, PMPA E PMPI: O DESAFIO DE UMA ANÁLISE DO PASSADO, PRESENTE E FUTURO <i>Felipe Sousa Santana</i>	18
RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE PELOS ENTES SUBNACIONAIS X POSICIONAMENTO DOS ÓRGÃOS CENTRAIS <i>Fernando Antônio de Rezende Júnior</i>	19
A PERCEPÇÃO DO AUDITOR-FISCAL DA RECEITA DO DISTRITO FEDERAL ACERCA DA MINERAÇÃO DE DADOS NO MONITORAMENTO E AUDITORIAS FISCAIS <i>Flávio Ribeiro e Fonseca</i>	

ATUAÇÃO DO BANCO CENTRAL NA REGULAMENTAÇÃO DO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS E OS IMPACTOS NA ESTRUTURA E DESEMPENHO DO MERCADO BANCÁRIO BRASILEIRO <i>Hivna Drielly da Silva Nunes</i>	21
ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO E DEFESA DA CONCORRÊNCIA <i>Iara do Espírito Santo</i>	22
NOVO FUNDEB NO CONTEXTO FEDERATIVO E ESTUDO DE CASO SOBRE OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO <i>Juan Carlos Costa de Arruda Pereira Gonçalves</i>	23
A PROGRESSIVIDADE DA TABELA DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA <i>Keila Luana Ferreira de Almeida</i>	24
EMPREGO DE QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS AOS GESTORES DA 1ª LINHA DE DEFESA (CENSIPAM/MD) <i>Lindolfo Batista da Costa Junior</i>	25
DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DAS CONDENAÇÕES AOS AGENTES PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL <i>Lucas Bernardino</i>	26
A UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL NO DECRETO Nº 10.024/2019 COMO INSTRUMENTO DE INFLUÊNCIA PARA LICITANTES <i>Lucas Josijuan Abreu Bacurau</i>	27
O PROCESSO DE CONTRATAÇÕES EM UMA EMPRESA PÚBLICA FEDERAL DE GRANDE CAPILARIDADE: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA <i>Luciano Ribeiro Sales</i>	28
NOVO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL COMO FOMENTADOR DE RENDA PÓS AUXÍLIO EMERGENCIAL <i>Magda Lúcia Dias Cardoso de Carvalho</i>	29
FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE DE OUVIDORIA: UM ESTUDO SOBRE O GRAU DE IMPORTÂNCIA E DE AMADURECIMENTO DAS OUVIDORIAS NA GESTÃO DO JUDICIÁRIO <i>Marília Barbosa de Barcelos</i>	30
OS EFEITOS DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS NA ARRECADAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL <i>Nelson Pereira da Silva</i>	31
ACOMPANHAMENTO FEDERAL DA GESTÃO ESCOLAR: UM CAMINHO PARA UMA GESTÃO ESCOLAR EFICIENTE <i>Reuvan Sodré de Oliveira</i>	32

UMA ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA NO PERÍODO DE 2015 A 2019

Rosirlei Renata Andrade

33

EFEITOS INICIAIS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA GESTÃO DE PESSOAS DO EXECUTIVO FEDERAL

Sandra Scherrer de Amorim Nagem Vidal

34

GESTÃO PATRIMONIAL NO SERVIÇO PÚBLICO: PROCESSO TCU Nº 011.591/2016-1 – AUDITORIA PATRIMONIAL NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Thiago Ramos de Souza

35

GESTÃO DE RISCOS NA FASE INTERNA DAS LICITAÇÕES DO CINDACTA I: UM ESTUDO DE CASO

Alexandre Raphael Pereira Pedro¹

Resumo: Pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: os agentes envolvidos na fase interna das contratações realizadas pelo CINDACTA I possuem nível de maturidade adequado e estão realizando a devida gestão de riscos em conformidade com as metodologias/ferramentas atuais sobre o tema, trazendo qualidade e segurança jurídica à execução orçamentária e financeira da Organização? Deste modo, o objetivo geral do trabalho é diagnosticar e aprimorar a gestão de riscos no CINDACTA I, aprimorando a qualidade e segurança jurídica da execução dos recursos públicos e, por extensão, no nível de serviço entregue pela instituição. Visando análise aprofundada do fenômeno, utilizando diferentes técnicas de pesquisa, será mais adequado utilizar o Estudo de Caso, trazendo abordagem de natureza qualitativa, e também elemento quantitativo. Destacam-se as seguintes de evidência para o estudo de caso: questionário estruturado; pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; e, entrevista semi-estruturada. O público-alvo da pesquisa é a Equipe de Licitações do CINDACTA I, com base no questionário e demais instrumentos de coleta de dados acima elencados, obter-se-á uma matriz de riscos (impacto X probabilidade) a ser utilizada de base para todas as contratações realizadas pelo CINDACTA I, além de outras proposições para elevar a maturidade dos envolvidos sobre o tema.

¹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Gestor de Licitações e Contratos no Comando da Aeronáutica.

A CONSULTA JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA EM DECORRÊNCIA DO CONTROLE EXTERNO PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

André Yokomizo Aceiro²

Resumo: Os riscos inerentes à atividade decisória no âmbito administrativo, bem como a evolução do controle interno e externo e também os efeitos midiáticos da conhecida Operação Lava Jato, tem sido um tema debatido não só na seara da Gestão Pública como também no Direito Administrativo, consubstanciando o fenômeno do chamado “Apagão das Canetas” (ou direito administrativo do medo). O medo de tomar decisões prejudica o implemento de políticas públicas e o funcionamento regular da estrutura estatal. Especificamente num Banco Público Federal, responsável pela gestão financeira ou operacional de diversas políticas públicas o gestor não pode ficar inerte (seja por disposições legais que demandam ações efetivas do banco seja pela necessidade de garantir resultados financeiros característicos da atividade financeira) e faz com que o gestor, submeta sua decisão à consultoria jurídica. O objetivo da pesquisa será verificar os efeitos do controle interno e externo sobre o Banco Público Federal, identificar eventuais disfuncionalidades ou, ao revés, os benefícios desses controle sobre o ambiente decisório sobretudo detectar se os gestores, sem a opção de não decidir, buscam segurança na submissão dos atos decisórios ao opinamento jurídico. A hipótese avançada é a de que o gestor, acuado pelo fortalecimento dos controles internos e externo busque segurança através da submissão do seu ato de gestão ao opinamento jurídico consultivo. A pesquisa será pautada em entrevistas de gestores do banco (alçada a ser definida), formulários de pesquisa, consulta aos sistemas informatizados no âmbito da Diretoria Jurídica (Portal Jurídico), conjugado com estudos acadêmicos e pesquisa literária.

² Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Advogado na Caixa Econômica Federal.

A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NO CONGRESSO NACIONAL: UMA ANÁLISE DAS EMENDAS APRESENTADAS PELOS SENADORES ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS

Bruno Vieira dos Santos Almeida³

Resumo: Este projeto de pesquisa, tem como objetivo identificar os temas apresentados com maior frequência pelos Senadores à Lei Orçamentária Anual e compará-los com suas posições políticas de forma a contribuir com a reformulação da estratégia do Ministério da Defesa para maximizar a alocação de recursos provenientes do Poder Legislativo. Nosso suporte será a teoria do processo orçamentário, apresentada por Aaron Wildavsky, que é discutida a partir da dicotomia entre ‘guardiões’ e ‘gastadores’. Para atingir esse propósito, intencionamos comparar os principais temas que são apresentados por Senadores à LOA à sua posição quanto a esses mesmos assuntos por meio da análise de discursos em Plenário e nas comissões temáticas, participações em reuniões e redes sociais. Esperamos que haja coerência entre as duas observações e que nossas conclusões possam contribuir para a elaboração de uma nova estratégia do setor Defesa Nacional para ampliar seus recursos do orçamento público federal.

³ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Assessor de Relações Institucionais na Marinha do Brasil.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DO CONTROLE EXTERNO: IMPACTO, DESAFIOS E DESDOBRAMENTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) NO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Dionata Luis Holdefer⁴

Resumo: Este projeto tem a seguinte pergunta de pesquisa: Problema de pesquisa: de que maneira a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados impactará a atuação fiscalizatória do Tribunal de Contas do Distrito Federal? O objetivo geral consiste em elaborar uma revisão teórica sobre gestão de dados em tribunais de contas, sua proteção e normas relacionadas; bem como avaliar o impacto, os desafios e os desdobramentos da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com especial ênfase ao processo administrativo de contas e às demais atividades fiscalizatórias realizadas pelo Corpo Técnico do Tribunal (como, por exemplo, auditorias e inspeções). A pesquisa ora proposta será realizada por meio da metodologia qualitativa, partindo de uma revisão da literatura existente (pesquisa bibliográfica), constituída por livros, artigos científicos, dissertações e teses de doutorado (banco de teses e dissertações), bem como do exame da legislação aplicável; embora seja possível a utilização de outros documentos como: reportagens de jornal, relatórios de pesquisa, documentos oficiais, estatísticas dos tribunais de contas, dentre outros. Além disso, serão coletados dados das páginas eletrônicas oficiais dos tribunais de contas que já regulamentaram internamente a aplicação da LGPD, bem como aplicado questionário aos servidores do TCDF que atuam na Secretaria-Geral de Controle Externo com o objetivo de avaliar como os dados pessoais são gerenciados internamente (análise qualitativa) e, a partir de então, dimensionar o impacto que a LGPD terá nas atividades cotidianas do órgão.

⁴ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas do Distrito Federal.

INICIATIVAS PARA GESTÃO DA DEMANDA PROCESSUAL: SUGERINDO AÇÕES SEM RESTRINGIR O ACESSO À JUSTIÇA

Elaine Nóbrega Borges⁵

Resumo: Avanços na gestão judiciária tem mostrado redução no acervo processual com aplicação de práticas de gestão estratégica, ferramentas tecnológicas, profissionalização da gestão, entre outras. Mas, apesar do aumento da produtividade ser demonstrada em números, pouco é feito no que tange a medidas para restringir a entrada de processos, que aumentou cerca de 7% no último levantamento do Justiça em Números. Desta forma, o presente trabalho visa fazer análise de iniciativas que foram implementadas visando de diminuição da demanda também no Judiciário. Parte-se da ideia de que iniciativas de diminuição de demanda já foram pensadas se não no judiciário, em ações proativas do Executivo visando solução administrativa de conflitos, por exemplo. Para tanto, pretende-se uma análise exploratória de medidas implementadas com o objetivo de diminuir a demanda a serviços públicos sem causar a restrição do direito do cidadão em ter acesso ao serviço.

⁵ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Analista Judiciário no Superior Tribunal de Justiça.

O OFICIAL DE JUSTIÇA COMO ATOR NA POLÍTICA JUDICIÁRIA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Emerson Machado Xavier⁶

Resumo: Diante de um cenário com alto grau de judicialização, o CPC/15 veio dar amplo incentivo à solução de conflitos. No contexto conciliatório há diversos atores, como o juiz, o advogado, o mediador, o conciliador e o árbitro. Apesar da atuação destes, o índice de acordos homologados ainda é baixo. No empenho pela conciliação, O CPC/15 acrescentou uma nova atribuição ao oficial de justiça, qual seja, a de certificar, no cumprimento de mandados judiciais, proposta de autocomposição pelas partes. Entretanto, apesar da nova incumbência, os oficiais de justiça não são incluídos no rol dos atores conciliatórios. Por exemplo, o Manual de Mediação e Conciliação na Justiça Federal, de 182 páginas, sequer faz menção ao oficial de justiça na solução de conflitos. O oficial de justiça pode ser inserido na política pública judiciária de solução de conflitos? Ainda mais: Como o jurisdicionado irá recepcionar a possibilidade de propor autocomposição mediante o oficial de justiça? Estas questões nortearão a pesquisa ora proposta. Por ser uma análise que compreende um fenômeno contemporâneo e pouco estudado até aqui, esta pesquisa possui um caráter exploratório e descritivo de abordagens mistas, tanto qualitativa como quantitativa. Quanto à população da pesquisa será o jurisdicionado residente, seja de forma provisória ou permanente, em todo o território da Comarca de Itajá a qual abrange, além do município sede, os municípios de Aporé e Lagoa Santa, todos do Estado de Goiás.

⁶ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, exerce a função de Oficial de Justiça Avaliador Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO: O CASO SÃO SIMÃO/GO

Evandro Narciso de Lima⁷

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo avaliar a viabilidade da utilização do instituto das Parcerias Público-Privadas (PPP), previsto na Lei 11.079/2004, em projetos de infraestrutura em municípios de pequeno porte, através do estudo de caso da PPP no setor de saneamento básico no município de São Simão/GO. Consiste em responder a seguinte pergunta: “As parcerias público-privadas podem constituir uma alternativa viável para implantação de serviços públicos de infraestrutura em municípios de pequeno porte? Além do objetivo principal, a pesquisa pretende avaliar os aspectos político institucionais que impactaram a tomada de decisão; como se deu o processo de estruturação dos projetos até a conclusão dos chamados estudos preliminares; qual o papel dos atores envolvidos e sua importância na fase de estudos e consulta pública; qual a relevância do financiamento da etapa dos estudos preliminares; qual a sua atratividade do ponto de vista econômico para os parceiros privados e se é possível replicar o caso para municípios de porte semelhantes. Pretende-se ainda testar a viabilidade desse tipo de arranjo para a implementação de serviços públicos de infraestrutura em outros municípios de pequeno porte, por meio de uma metodologia qualitativa, apoiada numa criteriosa análise bibliográfica e documental, coleta e tratamento de dados e na realização de entrevistas com os representantes dos diversos órgãos e setores que contribuíram para a conclusão das duas primeiras fases do projeto: estudos preliminares e estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) e validação externa (Consulta Pública e Órgãos de Controle).

⁷ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, exerce a função de Superintendente na Caixa Econômica Federal.

O CONFLITO DE INTERESSES NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL: ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Fábio Manoel Fragoso Bittencourt Araújo⁸

Resumo: Há situações estabelecidas por lei que configuram conflito de interesses durante e após o exercício de cargo ou emprego pelo agente público no âmbito do Poder Executivo Federal, de modo que tais situações também constituem ato de improbidade administrativa. Diante disso, o problema da pesquisa reside na possibilidade de o agente público figurar no polo passivo da ação de improbidade administrativa. O objetivo geral é discutir sobre a caracterização do conflito de interesses no governo federal como ato de improbidade administrativa. Por outro lado, constituem objetivos específicos a análise dos principais aspectos envolvendo o conflito de interesses; a averiguação das situações que configuram conflito de interesses durante e após o exercício de cargo ou emprego; discutir a importância da probidade administrativa na Administração Pública, especialmente no contexto da atuação do agente público; abordar os atos que constituem improbidade administrativa e estudar os principais aspectos da ação de improbidade administrativa quando decorrente de situação caracterizada como conflito de interesses. A pesquisa será direcionada pela hipótese de o agente público ser réu em ação de improbidade administrativa quando comete situação que configura conflito de interesses, posto que tal situação vai constituir ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito ou causando prejuízo ao erário ou ainda atentando contra os princípios da Administração Pública. O enfoque epistemológico se baseia na abordagem empírico-analítica, estando a pesquisa sustentada numa base metodológica de natureza qualitativa. O estudo será realizado através do procedimento hipotético dedutivo e o tipo de pesquisa escolhido foi a bibliográfica, de modo que sua realização se dará mediante estudo de diplomas normativos, livros, revistas específicas, periódicos, artigos científicos e eventuais jurisprudências sobre o tema. Com base nas pesquisas realizadas nos textos supra referidos, será construída uma tese, à guisa de conclusão do trabalho, na qual se exporá resposta ao questionamento formulado no início da pesquisa. Desse modo é que se pretende atingir os objetivos elencados.

⁸ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Procurador-Chefe Adjunto do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

CENTRO COMERCIAL NOROESTE – UMA ANÁLISE ACERCA DO SEU ARRANJO DE GOVERNANÇA

Felipe Ramalho de Souza Santos⁹

Resumo: O presente trabalho visa analisar o arranjo de governança do Centro Comercial Noroeste, projeto estratégico da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap. Para isso serão identificados os atores, normativos vigentes, arena decisória, estratégia(s) de coordenação, instrumentos, mecanismos e resultados almejados. Assim pretende-se obter um diagnóstico desse arranjo, compreender as barreiras e os fatores críticos de sucesso, bem como, após essa análise, propor melhorias. Antes da análise em si, será feita uma exposição da trajetória da administração pública brasileira, ocasião em que serão descritos os modelos de gestão adotados pelo país: patrimonialismo, burocracia, gerencialismo e o pós-gerencialismo. Essa exposição se faz necessária a fim de conhecer a história da administração pública brasileira, dar base à análise do atual paradigma de gestão, bem como analisar a influência desses modelos no projeto em comento. Tem-se como hipóteses que o arranjo de governança possuirá mecanismos híbridos de coordenação (hierarquia, mercado e redes) e contará com a influência de diversos atores, todavia com pouca participação da sociedade na formulação e implementação desse projeto. Ademais, conjectura-se que o presente empreendimento será um leading case para a Companhia, uma vez que objetiva-se proporcionar à empresa receitas perenes, ao invés da simples permuta de recurso patrimonial por financeiro (atividade principal da empresa). A presente dissertação trata-se de um estudo de caso, com metodologia qualitativa, que utilizará análise documental, bibliográfica e entrevistas com atores-chave como técnica de levantamento de dados.

⁹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, exerce a função de Administrador na TERRACAP.

OS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NAS POLÍCIAS MILITARES NA PMMA, PMPA E PMPI: O DESAFIO DE UMA ANÁLISE DO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Felipe Sousa Santana¹⁰

Resumo: Este trabalho versa sobre os desafios existentes na implementação do planejamento estratégico nas polícias militares da região norte/nordeste do país, em especial dos Estados do Maranhão, Pará e Piauí. Estes três estados, além de serem limítrofes, possuem características políticas, geográficas, econômicas e sociais semelhantes que permitem uma análise cruzada dos casos para posterior inferência às causas e consequências dos entraves no uso desse famoso instrumento de externalização da estratégia organizacional. As três instituições castrenses vivem momentos distintos no tocante ao seu planejamento estratégico, com o planejamento já vencido na PMMA, em vigência na PMPA e em vias de elaboração na PMPI, otimizando assim, a visão de formação, implantação e resultado desta ferramenta por parte da pesquisa. O Planejamento Estratégico é concebido após análise e formulação de problemas institucionais e sua posterior implantação, e esta pesquisa buscará, após análise do arcabouço teórico existente na literatura afeta a planejamento e Administração Pública compreender em que medida surgem e funcionam as barreiras para a implementação deste nas organizações. Buscar-se-á analisar por meio de um método objetivo e conciso, através de uma abordagem qualitativa sendo que os dados serão coletados por instrumentos como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada e observação participante.

¹⁰ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Oficial Superior na Polícia Militar do Maranhão.

RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE PELOS ENTES SUBNACIONAIS X POSICIONAMENTO DOS ÓRGÃOS CENTRAIS

Fernando Antônio de Rezende Júnior¹¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise da Retenção do Imposto de Renda pelo Distrito Federal, inicialmente, sobre os serviços prestados pelos servidores da área da Segurança, Saúde e Educação, que são pagos com recursos da União, atualmente via Fundo Constitucional, frente ao posicionamento, inicialmente, do Tribunal de Contas da União – TCU, bem como, posteriormente, da Receita Federal do Brasil – RFB e seus Órgãos, de que tais retenções não pertencem ao Governo do Distrito Federal – GDF e, sim, à União. E mais recentemente sobre outras hipóteses de retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF de que o DF, e outros Entes Subnacionais, vem se apropriando, pagos a pessoas físicas e jurídicas, por seus Órgãos e Autarquias. A controvérsia reside, pois, na incidência ou não da regra de repartição de rendas, disposta no inciso I do artigo 157 da Constituição Federal. Tal questão já está assentada em processos no TCU, na RFB, e agora ganha status de Repercussão Geral, junto ao Supremo Tribunal Federal - STF. Porém não se pode esquecer a decisão do Tribunal Regional Federal, da Quarta Região – TRF4, a qual definiu que o produto da arrecadação do IRRF efetuados pelos municípios, de competência original da União, passa a ser dos próprios municípios e do DF e, além disso, quais serão as consequências para os Entes Subnacionais e para a própria União, da decisão que o STF tomará. Uma reformulação total no Imposto de Renda ou apenas um ajuste na distribuição e repasse dos recursos? Serão utilizados os princípios metodológicos da pesquisa documental, sendo analisadas legislações, publicações, pareceres, decisões judiciais e jurisprudências, bem como os posicionamentos do TCU, da RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF e ainda analisado o posicionamento da Confederação Nacional dos Municípios – CNM e da Frente Nacional de Prefeitos – FNP. Tal análise considerará o teor informativo e explicativo de todos os documentos à luz da constitucionalidade do objeto em estudo, a retenção do imposto de renda retido na fonte pelos entes subnacionais, que subsidiaram qualitativamente responder às seguintes questões: 1. A retenção do IRRF afeta o Federalismo? De qual forma?; 2. Quantos municípios do Brasil fazem a retenção do IRRF? Somente sobre as verbas de pessoal?; 3. Existem trabalhos acadêmicos sobre as retenções de IRRF? Contrários ou favoráveis?; 4. Quais as repercussões para a União e para o DF? E os outros Entes Subnacionais serão atingidos?

¹¹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, trabalha na Secretaria de Economia do DF como Auditor Fiscal.

A PERCEPÇÃO DO AUDITOR-FISCAL DA RECEITA DO DISTRITO FEDERAL ACERCA DA MINERAÇÃO DE DADOS NO MONITORAMENTO E AUDITORIAS FISCAIS

Flávio Ribeiro e Fonseca¹²

Resumo: Qual a percepção dos Auditores-Fiscais da Receita do Distrito Federal em exercício na Coordenação de Fiscalização Tributária – COFIT/SUREC/SEEC/GDF acerca da mineração de dados para o exercício das suas atividades de monitoramento e auditoria fiscais? O objetivo deste trabalho é obter as informações que possibilitem responder a essa questão. A resposta a essa questão combinada com uma pesquisa documental e uma revisão bibliográfica permitirá auferir a relevância, ou não, da mineração de dados para o exercício das atribuições dessa categoria de servidores públicos lotados na Coordenação de Fiscalização Tributária – COFIT. A hipótese básica é a de que os auditores-fiscais possuem o entendimento de que o conhecimento em mineração de dados pode aumentar a eficiência no processo de monitoramento e auditoria fiscal. Todavia, não estão dispostos a despendar tempo nem recursos financeiros próprios para frequentar um curso de capacitação para obter esse conhecimento. A pesquisa adotará a seguinte metodologia: pesquisa documental (legislação, editais, etc.); revisão bibliográfica de assuntos relacionados a *big data*, auditoria, eficiência e valor público no setor público, TD&E (Treinamento, Desenvolvimento e Educação), alfabetização digital, mineração de dados, administração tributária e outros assuntos correlatos; realização de entrevistas a alguns auditores-fiscais com larga experiência em monitoramento e auditoria fiscais que já tenham assumido cargo de comando na SEEC/DF; e, aplicação de questionário a ser respondido pelos auditores-fiscais objeto da população pesquisada. A população alvo do presente trabalho de pesquisa são os auditores-fiscais no exercício da atividade de monitoramento e auditorias-fiscais lotados na Gerência de Monitoramento de Auditorias Especiais – GEMAE, na Gerência de Auditorias – GEAUT e na Malha Fiscal. Esses três setores fazem parte da Coordenação de Fiscalização Tributária – COFIT da Subsecretaria da Receita – SUREC da Secretaria-adjunta da Fazenda – SEF da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF.

¹² Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal e trabalha na Secretaria de Estado de Economia.

ATUAÇÃO DO BANCO CENTRAL NA REGULAMENTAÇÃO DO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS E OS IMPACTOS NA ESTRUTURA E DESEMPENHO DO MERCADO BANCÁRIO BRASILEIRO

Hivna Drielly da Silva Nunes¹³

Resumo: A regulamentação apresentada pelo Banco Central do Brasil nos últimos anos demonstra relativo incentivo à evolução tecnológica do mercado financeiro, buscando trazer o consumidor bancário para o centro do ecossistema. Na Agenda do Banco Central, as dimensões competitividade e inclusão demonstram a linha de atuação da autarquia, apostando no sistema bancário aberto e no incentivo à entrada de novos players no mercado para aumentar a concorrência. Para além do aumento da competitividade entre as Instituições, a grande ideia é promover as novas formas de consumo através do uso das tecnologias digitais. O presente estudo pretende explorar dois aspectos acerca do mercado bancário brasileiro: Primeiramente pretende-se analisar como este mercado vem sendo modificado pelo uso de novas tecnologias e examinar a atuação do regulador frente à revolução digital ora em curso no mundo. Após a revisão de literatura, e de posse dos conceitos e variáveis que influenciam a estrutura do mercado bancário brasileiro, analisaremos as variáveis concentração bancária, competitividade e desempenho dos bancos brasileiros frente aos desafios interpostos pela Inovação Financeira, buscando demonstrar se há interferência entre as regulações dos últimos 5 anos e as variáveis citadas.

¹³ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Gerente Geral na Caixa Econômica Federal.

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO E DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Iara do Espírito Santo¹⁴

Resumo: O trabalho tem como problema a aplicação, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), da análise de impacto regulatório (AIR) preconizada recentemente pela Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874, de 2019). Os objetivos do trabalho são analisar o estado da arte da AIR no Brasil comparativamente com outros países; definir diferenciações entre regulação e defesa da concorrência; analisar a aplicação da AIR em agências antitruste internacionais; e identificar de que forma a AIR se adequa à realidade do Cade. A hipótese do trabalho é de que a AIR deve ser adaptada para o contexto do Cade baseada na diferenciação entre atividades regulatórias e defesa da concorrência.

¹⁴ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Bibliotecária no Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

NOVO FUNDEB NO CONTEXTO FEDERATIVO E ESTUDO DE CASO SOBRE OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO

Juan Carlos Costa de Arruda Pereira Gonçalves¹⁵

Resumo: O objetivo do presente trabalho será analisar o aspecto normativo do novo Fundeb, com vistas a avaliar possibilidades de colaboração entre os entes federados para o financiamento da educação básica no Brasil. Para isso, será necessário analisar o processo de formulação do Fundef e do Fundeb com vistas a identificar possíveis formas de colaboração entre os entes federados presentes na lei que regulamenta o fundo. Em seguida, será analisado se o Fundeb é um instrumento de redução da desigualdade, tanto em termos regionais quanto dentro de um único estado da Federação – o Rio de Janeiro. A metodologia da análise será feita de forma prioritariamente quantitativa, com aproximação do método qualitativo e da análise do discurso. Para avaliar se o Fundeb promove distorções no financiamento da educação básica dos municípios, observando os municípios fluminenses, será verificado se o fundo privilegia algum tipo de município de acordo com seu tamanho ou nota no Ideb. Serão comparados a contribuição de cada município para o fundo e o valor dele recebido. Serão, também, realizadas análises da correlação do valor líquido do fundo (valor recebido menos o contribuído) com a população dos municípios e o Ideb.

¹⁵ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Pesquisador no Ministério da Educação.

A PROGRESSIVIDADE DA TABELA DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

Keila Luana Ferreira de Almeida¹⁶

Resumo: A legislação do Imposto de Renda - IR no Brasil afeta diversas áreas da sociedade e é utilizado como mecanismo de distribuição de renda, cujos reflexos vão muito além das questões de cunho tributário. Este projeto de pesquisa, visa demonstrar a ofensa direta ao princípio constitucional da capacidade contributiva, frente a ausência de gradação nos percentuais para os contribuintes enquadrados na 5ª faixa da base de cálculo do IR, cuja aplicabilidade recai sobre a renda mensal igual ou superior a R\$ 4.664,68 (quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), que realizam o recolhimento no percentual de 27,5%, idêntico ao dos que recebem 10 mil, 50 mil ou 100 mil reais por mês. Assim, se mostra grande o desafio de alcançar formas alternativas de resoluções viáveis para a ausência de gradação, sem que isso prejudique a arrecadação Estatal, e conseqüentemente a sociedade como um todo. Com o auxílio do direito comparado, o presente estudo possui a pretensão de avaliar as atuais legislações tributárias em países desenvolvidos, a aplicabilidade e os resultados e assim trazer para a realidade brasileira, verificar a viabilidade de implantação e os eventuais impactos financeiros para a Administração Pública na arrecadação de recursos, caso seja implantadas alíquotas adicionais à tabela de IR. Avaliar a tabela de alíquotas, sob a ótica do princípio da eficiência administrativa, ponderando os retornos ofertados pelo Estado, cuja legislação tributária deva atingir de forma proporcional aos anseios dos cidadãos em relação ao mínimo que se espera do Estado como gestor dos recursos financeiros nacionais.

¹⁶ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, trabalha como Advogada no Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob.

EMPREGO DE QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS AOS GESTORES DA 1ª LINHA DE DEFESA (CENSIPAM/MD)

Lindolfo Batista da Costa Junior¹⁷

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar e evidenciar o emprego de questionário de autoavaliação como ferramenta de Controle Interno e Gestão de Riscos aos gestores da 1ª linha de defesa (CENSIPAM/MD). Para o estudo de caso foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa, por meio da realização de pesquisa documental, entrevistas com servidores envolvidos no processo de auditoria da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa e questionário direcionado aos gestores (potenciais auditados) de unidade integrante do Ministério da Defesa (CENSIPAM). Partindo do princípio de que a interação entre auditor e auditado estimula o aperfeiçoamento e a transparência dos procedimentos das contratações na esfera federal, a hipótese especificada é a de que o questionário de autoavaliação de controles internos corrobora com a gestão de riscos e controles internos no âmbito do Ministério da Defesa, mais precisamente no CENSIPAM.

¹⁷ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, exerce a função de Auditor da Secretaria de Controle Interno no Ministério da Defesa.

DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DAS CONDENAÇÕES AOS AGENTES PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL

Lucas Bernardino¹⁸

Resumo: A Lei nº 8.429/1992, também conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, está vigente há cerca de 29 anos como um dos instrumentos de combate e prevenção à corrupção, mediante a Ação de Improbidade. Contudo, têm-se notado que o uso indiscriminado das ações de improbidade administrativa pode ocasionar o enrijecimento do processo de tomada de decisões dos agentes públicos; este que, por sua vez, é possível precursor do indesejável fenômeno tido como “apagão das canetas” ou “imobilismo decisório”, relacionado à chamada administração do medo. Isso porque a ausência de precisão dos limites que devem ser estabelecidos aos gestores públicos, bem como a escassez de fundamentações legais precisas nos julgamentos das ações de improbidade, pode evidenciar um receio no que se refere à tomada de decisão destes agentes. Por sua vez, surge-se uma dualidade entre a expectativa social na rapidez das ações da Administração Pública que versem sobre interesse coletivo versus o receio da administração do medo face aos excessos de responsabilização, que incluem sanções como a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. Por conta disso, inicialmente seriam analisados somente processos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT). Entretanto, após uma seleção dos dados do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIAI), optou-se por incluir também a Seção Judiciária do Distrito Federal, pertencente ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRT1). Diante disso, a presente dissertação busca analisar, por meio de pesquisa empírica e análise crítica, das condenações imposta aos agentes públicos por improbidade administrativa no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e da Seção Judiciária do Distrito Federal—em especial aqueles tipificados como violadores dos princípios que norteiam a Administração Pública— com fito de demonstrar que tais decisões são, em diversas ocasiões, atingidas por fundamentações genéricas que, por si só, provocam outro fenômeno indesejável: a insegurança jurídica.

¹⁸ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Sócio da BERNARDINO, KROMINSKI & XAVIER - Advogados & Associados.

A UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL NO DECRETO Nº 10.024/2019 COMO INSTRUMENTO DE INFLUÊNCIA PARA LICITANTES

Lucas Josijuan Abreu Bacurau¹⁹

Resumo: Os recursos cada vez mais escassos do Estado brasileiro geram muitas disputas entre atividades nos órgãos públicos. Neste sentido, qualquer inovação que possa promover aumento na eficiência e redução de custos da máquina pública deve ser considerada e, se viável, aplicada. Seguindo este caminho, observa-se que a economia comportamental surge como um ramo do conhecimento que atua na análise do comportamento humano, avaliando como as pessoas agem e reagem com estímulos determinados. Este aspecto de análise pode ser muito útil para que a Administração Pública seja capaz de maximizar resultados com menos orçamento, por meio de um direcionamento da vontade e ações dos agentes para que sigam o interesse público. Considerando os aspectos de escassez de recursos e maximização de resultados, uma das ações estatais que pode se beneficiar dos estudos e conceitos da economia comportamental é a das licitações públicas, uma vez que envolvem e demandam parcela considerável do orçamento público. O presente trabalho, visa analisar as inovações relacionadas à fase de lances e disputa expresso no Decreto nº 10.024/2019, com ênfase na relação destas inovações com elementos e conceitos relacionados à economia comportamental. Neste sentido, busca-se averiguar por meio de uma análise qualitativa e quantitativa se a mudança legislativa obteve resultados positivos na redução dos preços das contratações no âmbito da Administração Pública.

¹⁹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Chefe de Divisão de Compras e Licitação e Analista de Ciência e Tecnologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

O PROCESSO DE CONTRATAÇÕES EM UMA EMPRESA PÚBLICA FEDERAL DE GRANDE CAPILARIDADE: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA

Luciano Ribeiro Sales²⁰

Resumo: A pesquisa tem como objetivo geral investigar se o processo de compra centralizada poderá trazer benefícios a Embrapa, considerando a recente implantação do Sistema Integrado de Gestão de Processos na Embrapa. Para tanto, busca-se analisar o modelo atual de contratações da empresa e elaborar um diagnóstico dos processos de aquisições da Embrapa e identificar os principais gargalos e entraves para futuras proposições de melhoria na governança, eficiência e padronização de processos. Esse estudo justifica-se entre outros fatores, pelo fato da EMBRAPA ser uma empresa pública cem por cento dependente da União, o que traz à baila a necessidade de melhoria da gestão dos processos administrativos, gerando maior valor público à sociedade, inclusive pelo cenário atual de pandemia e déficit fiscal, baseada na restrição orçamentária existente no país. A metodologia da pesquisa será um estudo de caso, quali/quantitativo, de natureza exploratória, que buscará informações referentes aos processos de compra na Embrapa, a partir da análise de dados internos e também em sites governamentais e/ou outras entidades similares.

²⁰ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Supervisor na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

NOVO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL COMO FOMENTADOR DE RENDA PÓS AUXÍLIO EMERGENCIAL

Magda Lúcia Dias Cardoso de Carvalho²¹

Resumo: Embora a democratização do acesso ao crédito seja um dos principais objetivos do Banco Central do Brasil para os próximos anos, a inclusão da parcela mais pobre da população ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) resta prejudicada, sobretudo em circunstâncias em que seja verificada a ausência de histórico de crédito nas instituições financeiras, o qual somente é gerado quando o cliente está inserido no sistema financeiro, alimentando-se, assim, um ciclo vicioso de exclusão. No intuito de possibilitar acesso ao crédito pelo segmento da população que não tem acesso ao SFN em função das políticas tradicionais de crédito e de riscos, a Caixa Econômica Federal (CEF), amparada por seu Estatuto Social, trabalha na modelagem de um programa de educação e inclusão financeira por meio da oferta de microcrédito e de produtos de microfinanças, que deverá ser implantado após a descontinuação do programa de transferência de benefícios Auxílio Emergencial, implementado pelo governo federal no contexto da Pandemia de COVID-19, quando muitos trabalhadores informais perderam sua fonte de renda em função de medidas restritivas impostas como medida de controle da proliferação do vírus. O novo programa de microcrédito em estudo na CEF terá escopo social e será destinado ao fomento do empreendedorismo à população de baixa renda, por intermédio da oferta de produtos de microfinanças majoritariamente pela plataforma CAIXA Tem, cujo objetivo central é fomentar a inclusão financeira e digital, a geração de renda, o desenvolvimento sustentável e o acesso a produtos e serviços bancários, ora inacessíveis ou pouco acessíveis a esse público. A estratégia em elaboração perpassa pela educação e inclusão social e financeira da população de baixa renda por meio da oferta de experiência de crédito que promova oportunidade para que microempreendedores possam aprender, administrar e honrar o crédito contratado, contribuindo para desenvolver familiaridade com produtos de crédito, gerar melhor pontuação (score) e histórico de crédito positivo, tornando-o apto à busca de outras linhas de crédito tradicionais nas instituições financeiras do mercado. Dessa forma, ao estimular a inclusão e a educação financeira do cliente e habilitá-lo a uma linha de crédito tradicional, a Caixa Econômica Federal cumpre o propósito social previsto em seu Estatuto, como agente de fomento de políticas públicas inclusivas e do crescimento do País.

²¹ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Diretora na Caixa Econômica Federal.

FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE DE OUVIDORIA: UM ESTUDO SOBRE O GRAU DE IMPORTÂNCIA E DE AMADURECIMENTO DAS OUVIDORIAS NA GESTÃO DO JUDICIÁRIO

Marília Barbosa de Barcelos²²

Resumo: Partindo-se do pressuposto de que a atuação das Ouvidorias pode oferecer mecanismos para o aperfeiçoamento da administração pública por meio da participação popular, pretende-se com o presente trabalho responder ao seguinte problema de pesquisa: qual o grau de importância e o nível de amadurecimento das Ouvidorias do Judiciário (Federal, Estadual, Superiores)? A fim de responder a essa pergunta, serão construídas no desenvolvimento do trabalho os conceitos que revelem cada etapa de desenvolvimento de uma ouvidoria (inicial, intermediária, avançada) de modo a ser possível ao final obter o nível de amadurecimento que revele o estágio em que se encontram as ouvidorias do Judiciário. A metodologia a ser empregada para fazer uma análise comparativa e avaliar o grau de amadurecimento das Ouvidorias Públicas do Judiciário consistirá primeiramente na construção de variáveis que possam identificar os níveis de atuação. Para tanto, numa primeira etapa, será realizada uma pesquisa exploratória com o objetivo de construir as variáveis que serão utilizadas na pesquisa. Assim, será enviado questionário aberto a um grupo de coordenadores de ouvidorias do Judiciário com o objetivo de construir categorias que revelem um parâmetro acerca do estágio de desenvolvimento das ouvidorias do Judiciário (inicial, intermediário e avançado). Após a coleta desses insumos, juntamente com os elementos colhidos de uma revisão bibliográfica, será formulado instrumento final no qual as variáveis construídas estarão traduzidas em perguntas fechadas o qual será encaminhado a todas Ouvidorias do Judiciário (Federal, Estadual, Superiores) por meio de e-mail e numa proposta de envio e sensibilização da coleta por meio de parceria com a Ouvidoria do CNJ ou com o Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD).

²² Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, exerce a função de Coordenadora do Setor de Gestão Social na Ouvidoria do TJDF.

OS EFEITOS DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS NA ARRECAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Nelson Pereira da Silva²³

Resumo: A sistemática da substituição tributária do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS é adotada por todos os Estados e busca de otimizar a fiscalização e a arrecadação do principal tributo estadual. Ao atribuir ao fabricante/distribuidor a responsabilidade de retenção e pagamento do tributo das fases seguintes, mediante uma base de cálculo presumida. Assim, concentra seus esforços em poucas fabricantes, deixando de fiscalizar diversos estabelecimentos do varejo, em especial empresas optantes pelo Simples Nacional, que já tiveram seus impostos de forma antecipada. O problema da pesquisa é verificar a eficácia da sistemática da substituição tributária no ICMS. Questiona-se: a adoção da substituição tributária do ICMS é uma forma eficaz para o incremento da arrecadação tributária distrital? A pesquisa é caracterizada quanto ao problema como descritiva. A fim de alcançar os objetivos do presente trabalho, utilizar-se-á pesquisa bibliográfica e documental, além da abordagem quantitativa. Os dados empíricos da arrecadação do ICMS serão obtidos junto à Secretaria de Economia do Distrito Federal, verificando a participação do ICMS por substituição tributária e sua evolução últimos anos. Será apresentado em planilhas e gráficos os valores e a análise de seus impactos. Também será demonstrada evolução do ressarcimento dos tributos, após a nova interpretação do STF para o não encerramento da fase tributária, determinando a devolução dos valores quando a base de cálculo presumida for superior a efetiva.

²³ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, trabalha na Secretaria da Fazenda do Distrito Federal como Auditor Tributário.

ACOMPANHAMENTO FEDERAL DA GESTÃO ESCOLAR: UM CAMINHO PARA UMA GESTÃO ESCOLAR EFICIENTE

Reuvan Sodré de Oliveira²⁴

Resumo: A pesquisa possui a seguinte pergunta norteadora: o acompanhamento federal da gestão escolar pode ser um caminho para melhorar a educação nos municípios e estados? Para se investigar tal questionamento, visa-se analisar a viabilidade de uma proposta de acompanhamento federal da educação com vistas à sua melhoria no cenário nacional. Para tanto, busca-se apresentar um quadro histórico do processo constitucional de responsabilização pública do ensino no Brasil. As hipóteses de estudo são as seguintes: i) a educação pública carece de um acompanhamento federal, que poderia levar a uma atuação conjunta com os estados e municípios de forma a avaliar e desenvolver mecanismos para uma gestão eficaz e eficiente do ensino na educação básica; e, ii) um sistema nacional de gestão da educação é viável e necessário para atender às demandas de uma educação de qualidade. Operacionalmente, a pesquisa terá como baliza metodológica o estudo bibliográfico e documental, buscando fundamentação para a discussão por meio de documentos oficiais, leis e autores que tratam sobre educação.

²⁴ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Diretor do Instituto de Cegos da Bahia .

UMA ANÁLISE DOS RESTOS A PAGAR DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA NO PERÍODO DE 2015 A 2019

Rosirlei Renata Andrade²⁵

Resumo: A questão dos restos a pagar tem sido bastante debatida no âmbito da execução orçamentária e financeira da administração pública no Brasil. Trata-se de um mecanismo legal do sistema orçamentário-financeiro utilizado pela administração pública brasileira para manter créditos orçamentários em exercícios posteriores àqueles em que foram empenhados. Ainda que possua embasamento legal, o debate sobre a sua utilização tem levado a mudanças normativas na forma de sua operacionalização. As mais recentes foram editadas em 2018 por meio do Decreto 9.428/2018, e em 2020 pelo Decreto 10.535/2020, que trouxeram disposições sobre despesas inscritas em restos a pagar não processados no âmbito da administração pública federal. Neste contexto, o objetivo principal do projeto de pesquisa será analisar a execução dos restos a pagar do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no período de 2015 a 2019, da ação orçamentária de Promoção e Defesa da Concorrência (2807). Pretende-se responder às seguintes perguntas de pesquisa: o Cade tem utilizado do instrumento de restos a pagar como meio de postergar o seu orçamento e trabalhar com um “orçamento paralelo” além do orçamento anual? Em quanto tempo os restos a pagar têm sido processados? Quais os possíveis efeitos na ação finalística de promoção e defesa da concorrência? O presente trabalho será desenvolvido por meio de uma análise qualitativa, em que se buscará levantar informações na literatura, documentos e disposições legais sobre o tema e descrever as principais conclusões que os autores têm chegado sobre a utilização dos restos a pagar na administração pública, ao mesmo tempo em que se pretende realizar entrevistas com atores chaves do processo; e também quantitativa, na medida em que se buscará analisar os dados orçamentários do Cade. Para isso será realizada uma análise exploratória de dados nas bases do Governo Federal (como o SIAFI, por exemplo) e descritiva de dados, com o propósito de identificar algumas inferências sobre a execução das despesas e seus possíveis efeitos no período.

²⁵ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Tecnologista Pleno em Orçamento e Finanças no Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

EFEITOS INICIAIS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA GESTÃO DE PESSOAS DO EXECUTIVO FEDERAL

Sandra Scherrer de Amorim Nagem Vidal²⁶

Resumo: As novas tecnologias de tecnologia da informação têm proporcionado grandes avanços no desenvolvimento mundial, reconhecidos pelas principais agências internacionais de fomento ao desenvolvimento das nações. O Brasil tem se destacado como país que investe nessas tecnologias e estabeleceu a transformação digital para a sociedade como projeto estratégico do governo federal. Os sistemas de gestão de pessoas da Administração Pública Federal – APF foram inseridos no programa da transformação digital como projeto fundamental no aprimoramento dos serviços prestados à sociedade e como política de governança na gestão de pessoas da Secretaria de Gestão de Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia. Deste cenário de inovação é que se pretende investigar os efeitos, impressões e resultados gerados, na aplicação dos novos sistemas de tecnologia de informação e comunicação – TIC em Gestão de Pessoas, no contexto da transformação digital, porém voltados aos servidores públicos federais. Serão coletadas informações que poderão responder à pergunta da pesquisa: Quais são os efeitos da transformação digital na gestão de pessoas na administração pública federal para a prestação de serviços à sociedade?

²⁶ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Gestora de Projetos no Ministério da Economia.

GESTÃO PATRIMONIAL NO SERVIÇO PÚBLICO: PROCESSO TCU Nº 011.591/2016-1 – AUDITORIA PATRIMONIAL NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Thiago Ramos de Souza²⁷

Resumo: O controle patrimonial nos órgãos públicos vem buscando melhorias significativas nos últimos anos nas operações e processos e atividades patrimoniais. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabeleceu diretrizes para o controle das finanças públicas, tornando-se um marco para construção de uma administração financeira e contábil sólidas no país, em detrimento da evidenciação dos aspectos patrimoniais. Mesmo com as melhorias e a grande importância que a gestão patrimonial possui, ao analisarmos a auditoria patrimonial na Presidência da República, realizada pelo Tribunal de Contas da União, em 2016, é possível constatar se o registro contábil dos bens reflete a sua situação real? Os inventários anuais são realizados segundo as regras estabelecidas? A legislação fornece segurança jurídica na atuação dos gestores quanto aos processos de gestão patrimonial? Dada a importância da gestão patrimonial na administração pública, o objetivo deste estudo será identificar os gargalos e sugerir mudanças no modelo de gestão patrimonial empregada atualmente nos órgãos públicos do poder executivo federal, bem como propor uma atualização normativa, com regras claras e com foco na centralização, unificação, desburocratização e simplificação dos processos e procedimentos que envolvem o tema. Para a realização do estudo será feita uma pesquisa documental e bibliográfica, explicando a gestão patrimonial no serviço público e depois será realizado uma aplicação de questionários a servidores dos setores de patrimônio e entrevistas semiestruturadas com os gestores e/ou responsáveis pela área de patrimônio dos órgãos. Será realizada, também, uma análise ao Processo TCU nº 011.591/2016-1, Auditoria Patrimonial realizada na Presidência da República. Em seguida será realizado uma comparação entre os achados em campo com os dados do processo TCU nº 011.591/2016-1, verificando se a gestão patrimonial está sendo conduzida de acordo com a legislação em vigor.

²⁷ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Assessor na Presidência da República.



idp